



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0046/16	DATA: 25/02/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 09h27min	TÉRMINO: 11h22min	PÁGINAS: 45
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Votação do relatório final da CPI.			
OBSERVAÇÕES			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom dia a todos.

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Deputados que estão disponíveis cópias da ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada no dia 23 de fevereiro.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Peço dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio.

Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de um resumo das correspondências recebidas na última semana e também a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

A reunião de hoje foi convocada para a votação do relatório final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Neste momento, declaro encerrado o prazo para o recebimento de destaques e informo que não foram recebidos requerimentos de destaque.

Passe-se ao encaminhamento da votação.

Para promover os encaminhamentos de votação, solicito o nome de dois Parlamentares contrários e dois favoráveis à matéria.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Contra, Presidente.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vão encaminhar contra a matéria o Deputado Caio Narcio e Deputado Betinho Gomes. A favor, encaminhará o Deputado Edio Lopes...



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Deputado Edson Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...e Deputado Delegado Edson Moreira.

Concedo a palavra, para encaminhar contrariamente à matéria, ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu cederei minha palavra ao nobre Deputado João Gualberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está sempre em harmonia o PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, o PSDB encaminha contra o relatório, embora reconhecendo o esforço muito grande do Relator. Mas, entendendo que ele faz parte da base aliada do Governo, ele não poderia fazer diferente. O que foi possível, entendo eu, o Relator fez, mas deixou muito a desejar. Por exemplo, não houve o indiciamento das pessoas envolvidas.

Podemos apontar algumas soluções para o BNDES que existem no seu relatório, algumas regras a seguir, mas, se não podemos indiciar aquelas pessoas que se envolveram no tráfico de influência, a exemplo do ex-Presidente Lula, consideramos que nada foi feito. Por isso o PSDB encaminha contrariamente ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado João Gualberto.

Para encaminhar favoravelmente à matéria, tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós encaminhamos favoravelmente ao relatório, em primeiro lugar, pelo reconhecimento ao esforço do Sr. Relator na elaboração do seu relatório. Ontem eu até ouvi um colega falar que o relatório do Deputado José Rocha era uma descrição do que aconteceu. E o relatório não pode ser outra coisa, o relatório não pode se basear em fatos extras ocorridos na Comissão.



Ontem — ainda ontem —, Sr. Presidente, eu vi, na *Folha de S.Paulo*, o arquivamento de uma ação proposta pelo Ministério Público, de um rumoroso caso em São Paulo. Isso é só para que nós tenhamos em mente a diferença que nós mesmos nos damos aqui, nas CPIs, e no Judiciário. O Ministério Público fez uma denúncia de um caso que, em princípio, a imprensa tratou como rumoroso; ao final, não conseguiu as provas. Isso não quer dizer que o fato não tenha ocorrido, mas, por falta de provas, o Judiciário mandou arquivar o processo, como manda arquivar todos os dias ações Brasil afora.

Mas aqui, na CPI, é o seguinte: se a CPI trabalhou 200 dias e não conseguiu chegar a provas contundentes, o relatório não poderia ser outro que não o texto apresentado pelo Deputado José Rocha. Aí, nós mesmos colaboramos, contribuímos para as ilações de que a CPI não deu em nada, de que a CPI é *pizza*. Agora, nós precisamos nos pautar pelos fatos aqui apresentados. Então, nós encaminhamos a nossa posição pela aprovação integral do relatório do Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio Lopes, favorável à matéria.

Para encaminhar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, ontem eu já fiz uma série de exposições de motivos para justificar a nossa contrariedade em relação ao relatório do Deputado Rocha. Nós temos consciência plena de que este relatório não interpreta, ou não registra, as dificuldades que o banco enfrenta hoje. Existe, aqui, uma diferença que precisa ser estabelecida: não se confundir não conseguir comprovar com não se permitir que buscássemos aprofundamento nas investigações, na apuração.

Houve aqui, o tempo todo, por parte da bancada do Governo, uma tentativa explícita, com apoio do Governo, do BNDES, de dificultar o acesso às informações desde o início — desde o início. Nós tivemos dificuldade de apoio técnico, nós tivemos dificuldade para poder decifrar as informações, porque muitas vezes chegavam aqui sob sigilo. Isso nos tomou muito tempo. E muitas vezes a bancada



do Governo não permitiu a aprovação de requerimentos importantes para que nós pudéssemos aprofundar essas investigações.

Ainda assim, ainda assim, nós conseguimos ver que órgãos de fiscalização como o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União estão se debruçando sobre os contratos, estão mostrando que há problemas claros, problemas consistentes, problemas graves em relação aos contratos que foram feitos pelo BNDES; contratos que muitas vezes favoreceram empresas que foram selecionadas pelo Governo para se tornarem campeões nacionais, para concentrar a economia, dando prejuízo ao banco, porque juros subsidiados estão sendo pagos hoje pelo povo brasileiro.

Se nós tivéssemos aqui uma condição mais adequada, se nós tivéssemos aqui uma sincera vontade da base do Governo de apurar, de investigar, de elucidar, de esclarecer, de jogar luz sobre o que acontece no BNDES, provavelmente o relatório seria outro. Houve uma interferência muito clara do Governo no sentido de impedir que pessoas fossem indiciadas. Isso foi uma ação articulada, um movimento político do Palácio do Planalto para não permitir que pessoas que têm relação com contratos do BNDES — que estão sendo investigadas, que estão presas, inclusive — fossem aqui colocadas como indiciadas para se aprofundar a investigação. Nós precisamos fazer essa distinção. Não há essa história de que a CPI não conseguiu apurar os fatos. O que houve foi uma tentativa explícita de não se permitir a apuração, o que é uma diferença muito grande.

O PSDB, assim como, imagino, a maioria da Oposição, não tem condição de aprovar o relatório do Deputado Rocha, por mais boa intenção que ele tenha tido, por mais disposição de fazer um material que pudesse representar aquilo que ele conseguiu juntar de informações. Mas não é isso que nós esperávamos. Não temos como votar favoravelmente a este relatório. Orientamos, encaminhamos o voto contrário, e ficamos com a posição dos votos em separado, sobretudo o voto em separado do Deputado Alexandre Baldy, que foi ontem registrado, lido aqui em plenário, mostrando que, portanto, seria necessário que nós apontássemos pessoas, que fossem indiciadas, para que Ministério Público e outros órgãos de fiscalização pudessem aprofundar suas investigações.



Portanto, Sr. Presidente, encerrando aqui a nossa participação, votamos contra o relatório do Deputado Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Para encaminhar favoravelmente à matéria, concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou fazer um prólogo aqui, Sr. Presidente. A história é importante; refletamos sobre a história passada. O General Ernesto Geisel, Presidente do Brasil, de 1975 até 1979, disse o seguinte, quando promoveu a abertura deste País, quando perdoou aos que tinham sido exilados aí fora e promoveu a sua volta:

“Se é a vontade do povo brasileiro eu promoverei a Abertura Política no Brasil. Mas chegará um tempo que o povo sentirá saudade do Regime Militar. Pois muitos desses que lideram o ‘fim’ do Regime não estão visando o bem do povo mas sim seus próprios interesses.”

Tudo o que se viu aí, nesta CPI, está bem claro nesse sentido. Agora, uma investigação, Sr. Presidente, tem que ter começo, meio e fim, num prazo. O prazo foi cumprido.

Quem acompanhou o meu voto em separado viu que eu o vinculei a este relatório. Sem a aprovação do voto do Relator, o meu voto em separado fica vazio, fica sem nexo. Portanto, é importante a aprovação do voto do Relator, que é um voto muito bem elaborado. E dou parabéns ao Relator.

Agora, o relatório, apesar de não ter indiciado ninguém, mostrou a dinâmica dos acontecimentos e como houve os crimes. Como eu disse, incorporei ao meu voto o parecer do Relator e fiz os indiciamentos que foram citados aqui ontem.

Portanto, Sr. Presidente, como o meu voto está contido no parecer do Relator, eu peço a aprovação do relatório, para que seja aprovado, na realidade, o meu voto em separado. Essa é a grande realidade.

Quero parabenizar todos os participantes desta CPI, que, a seu modo, fizeram um bom trabalho, cada um puxando a sardinha para o seu lado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Delegado Edson Moreira

Antes de colocar em votação a matéria, eu vou passar a palavra a S.Exa. o Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, eu entendo perfeitamente a dificuldade que têm alguns membros desta Comissão de, apesar de reconhecer o trabalho desta relatoria, não poder acompanhar a indicação da aprovação do nosso relatório. Certamente são razões de ordem política que levam a esse entendimento.

Mas eu quero aqui reafirmar que tenho a minha consciência tranquila, vou dormir tranquilamente, porque pude elaborar um relatório dentro daquilo que foi fruto do que aconteceu nesta Comissão. É um retrato fiel da análise de todos os documentos que foi possível analisar, das oitivas que aqui foram realizadas e que nos deram a oportunidade de produzir este relatório.

Às vezes se pergunta: *“Por que não se indiciou A ou B?”* Na hora em que se indiciasse A e B, iriam perguntar: *“Por que não se indiciou C e D?”* Se eu colocasse também A, B, C e D, iriam perguntar: *“Por que não se indiciou E e F?”* Sempre iriam argumentar um indiciamento que porventura, na opinião do Parlamentar, não tivesse sido colocado.

Nós optamos pelo trabalho técnico, com o encaminhamento do nosso trabalho aos órgãos de fiscalização e controle, que são esses órgãos que terão a oportunidade de dar seguimento à investigação naquilo que acharem que deva ser investigado. Não poderia, de maneira nenhuma, aqui me comportar de uma maneira que pudesse ser acusado de parcialidade — eu procurei ser imparcial, totalmente imparcial —, portanto fico tranquilo.

Quero aqui reiterar os meus agradecimentos aos companheiros e ao Presidente desta Comissão, Deputado Marcos Rotta, pelo brilhantismo e a isenção com que presidiu os trabalhos desta Comissão.

Para mim foi uma grata satisfação, meu caro Presidente, ter trabalhado aqui com V.Exa.

Agradeço ao Líder do meu partido, Deputado Maurício Quintella Lessa, por ter me indicado para que o Sr. Presidente pudesse me nomear Relator desta Comissão.



Agradeço ao 1º Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad; ao 2º Vice-Presidente, Deputado Carlos Zarattini; ao 3º Vice-Presidente, Deputado Marcelo Squassoni; aos Sub-Relatores, que contribuíram muito para o nosso relatório: os Deputados Alexandre Baldy, André Fufuca, Andre Moura e Cristiane Brasil.

Quero agradecer a todos os Deputados desta Comissão, que participaram de maneira muito contributiva para o nosso trabalho.

Agradeço àquelas pessoas que foram requisitadas de diversos órgãos para trabalhar nesta Comissão, somando-se à Consultoria da Casa. Novamente reitero os agradecimentos a Carlos Augusto Vieira Campos, do Banco do Brasil; a César Mattos, da Consultoria Legislativa, da área econômica; a Florisvaldo Justino Machado Gonçalves, da Comissão de Valores Mobiliários; a Francisco Angelo Gurgel Filardi, da Polícia Federal; a Glauco Guimarães, do Banco Central do Brasil; à Ilzeny da Penha Guedes, servidora da Câmara dos Deputados, da área de apoio operacional; a Kleuvânio de Souza, do Banco do Brasil; a Luiz Sérgio Madeiro da Costa, do Tribunal de Contas da União; a Magno Antônio de Mello, da Consultoria Legislativa, da área de administração pública; a Marcio Valadares, Consultor da Casa, da área do sistema financeiro, que está aqui ao meu lado — e quero destacar o trabalho do Marcio, muito competente, o tempo todo nos auxiliando nesta relatoria —; a Marco Antônio Prandini, da Controladoria-Geral da União; à Maria Regina Reis, da Consultoria Legislativa, da área de Direito Penal; a Ricardo Donizetti Portilho Rodrigues, assessor do meu gabinete; a Robson da Silva Chagas, do Tribunal de Contas da União.

Quero agradecer também ao nosso Secretário desta Comissão, muito competente, laborioso, o Robson Coutinho.

Em seu nome, Robson, cumprimento todos os companheiros e as companheiras da sua Secretaria, que o tempo todo estiveram aqui nos assessorando.

Portanto, Sr. Presidente, eram esses os agradecimentos que eu queria externar ao final desta CPI. Esperamos que possam reconhecer este trabalho, que realmente foi técnico e propositivo.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, Deputado José Rocha.

Sobre a mesa requerimento do Líder Deputado Antonio Imbassahy, designando o Deputado Caio Narcio para utilizar o tempo da Liderança destinado ao PSDB.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio, por 7 minutos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, nobre Relator, nobres Sub-Relatores, demais membros desta Comissão, infelizmente chegamos ao final desta CPI num momento em que o Brasil aguardava de nós respostas. Aguardava que nós aqui, sob a ótica da CPI do BNDES, pudéssemos elucidar diversas dúvidas que pairavam, e ainda pairam, sobre como o banco estava funcionando. Por que os contratos foram mal explicados? Por que um volume de contratos do banco foi firmado com as chamadas campeãs, em detrimento de outras empresas? E por que esse monopólio causado por empréstimos desproporcionais, que desorganizavam mercados? Aconteceu da maneira como foi.

E aqui, durante todo esse período, nós tivemos uma colocação. Tivemos convocações, o Governo trabalhando fortemente para que esta CPI fosse abafada, o Governo obstruindo a possibilidade de que as investigações pudessem ser feitas de maneira correta ao escutar as pessoas e dar-lhes a oportunidade de explicarem o que aconteceu nos últimos anos dentro do BNDES, dentro da política que foi empreendida aqui. E nós vimos, durante todo esse tempo, surgirem muitas dúvidas aqui à medida que o Governo fazia esforços para que nós não pudéssemos avançar nas nossas investigações.

É necessário dizer que nós ainda temos milhões de documentos que não puderam ser avaliados. A CPI não teve condições de participar nem teve equipes técnicas para avaliar as documentações, que eram secretas. E, diga-se de passagem, um dos grandes motivos para criarmos a CPI do BNDES — lembrem-se bem — é que nós votamos uma lei que abria o segredo dos documentos do BNDES, e a Presidente Dilma vetou essa lei. Isso mais nos instigava, porque, se nós votamos uma lei no Congresso, aprovada na Câmara, no Senado, pela maioria destas duas Casas, por que vetá-la? Qual era a motivação da Presidente Dilma de



vetar o acesso a documentos de um banco público que deveria ser transparente? Essa era uma das nossas dúvidas.

Mesmo com a CPI constituída, com poder investigatório e investida da sua função de análise de documentos, ao longo dela nós vimos que teve, e ainda tem, dificuldade de acessar documentos que são sigilosos e dificuldade de poder acontecer. Nós percebemos que a transparência ainda é algo que está distante da questão do banco. Nós entendemos que um banco público deve pautar-se pela transparência. Mas o que se coloca aqui é que, cada vez mais, a partir dos últimos fatos, nós percebemos a ação permanente do ex-Presidente Lula vinculado ao banco. Nós percebemos a ação de promoção de empresas ligadas diretamente ao BNDES e uma conexão entre as suas viagens de empreendimento em outros países e, pouco tempo depois, empréstimos de um banco que se diz transparente.

Todos esses fatos nos dão indícios claros de que o Presidente Lula tem envolvimento direto na conexão entre os empréstimos dos bancos e de que o fez ao nomear o Presidente, ao promover empresas em suas viagens, empresas essas que, para fecharem os seus negócios e viabilizá-los, necessitavam de empréstimos do banco. Não haveria contratos com essas empresas se não houvesse o financiamento do banco. Existe uma relação direta, ou o ex-Presidente Lula virou mágico e, de repente, todos os negócios que ele fechou logicamente têm o financiamento do BNDES por pura e plena competência? Existe conexão direta aí.

Isso tudo basta para que nós possamos indicar, como fizemos no voto em separado, o indiciamento do Presidente Lula, não para culpá-lo — volto a dizer isso, é importante —, mas para dar a ele a oportunidade de se explicar, para que ele não bata palmas, como fizeram os Parlamentares do PT, há 2 semanas, quando prorrogaram o prazo para ele se explicar sobre a situação do tríplex e sobre a situação do seu sítio em Atibaia. E aí vêm dizer: *“Mas o que isso tem a ver com o BNDES?”* Tem a ver com as empreiteiras que tiveram contratos com o BNDES. E existem suspeitas de que eles financiavam esses imóveis, que ele diz que não são dele. Todas essas situações merecem ser explicadas.

Por isso, no nosso voto em separado, consta a necessidade de se investigar, assim como foi com o Sr. Bumlai, que está preso e merece ser indiciado, até mesmo porque esta CPI teve a oportunidade de inquiri-lo, e ele ficou 4 horas calado. Mas há



perguntas, inclusive sobre o envolvimento direto dele com o Presidente Lula, que não foram respondidas, como o privilégio que ele tinha para entrar no Palácio do Planalto. Entrada privilegiada para o Sr. Bumlai, amigo pessoal de longa data do ex-Presidente Lula. E o Sr. Bumlai coincidentemente tem um histórico de empréstimo com o BNDES. Aí eles perguntam: *“Onde está a conexão?”* A conexão está aí: ex-Presidente ligado a Presidentes que o sucederam; conexão entre o BNDES e suas indicações. Está claro.

O Brasil vai encerrar esta CPI hoje de forma prematura sem responder a uma pergunta básica: o que aconteceu? E quero dizer ao nobre Relator, o Deputado José Rocha: *“Estou votando com o seu relatório”*. Apenas estamos tomando as providências que ele mesmo pede quando, em seu relatório, de forma muito competente, diz: *“Existem vestígios de irregularidades aqui”*. Então, aqui estão as providências que merecem ser tomadas. Ficou uma impressão de que, ao sugerir o indiciamento, nós estamos culpando alguém. É o contrário. Ao sugerir o indiciamento, nós estamos dizendo: *“Não estão claras as respostas, necessárias para absolver. É necessário que se investigue melhor”*.

Ontem, ao encerrar aqui as minhas palavras, ouvi alguém do Governo dizer que nós estamos comemorando o fracasso do banco, a exposição do banco. Pelo contrário, nós estamos entristecidos pelo banco estar passando um momento de dúvida. A Oposição quer que esse banco volte e continue a ser orgulho do Brasil, como a PETROBRAS um dia o foi. Mas o PT a tirou das páginas econômicas e a colocou nas páginas da corrupção, nas páginas policiais. O nosso receio é que isso aconteça com o BNDES também. Então, deixo aqui uma mensagem clara: a Oposição não comemora a corrupção que acontece no Brasil. Pelo contrário, ela quer investigar e evitar que aconteçam coisas como as que aconteceram na PETROBRAS.

Portanto, nós vamos votar “não” ao relatório do Sr. José Rocha, não porque ele é ruim, mas porque nós achamos que ele deveria adotar providências que lá não constavam. Mas vamos apresentar um voto em separado, recomendando o indiciamento dessas pessoas, principalmente do ex-Presidente Lula, pois o indiciamento poderia fazer isso para nós de uma maneira muito correta. Ao que



parece — e nós não podemos confirmar —, ele é o grande arquiteto de todas as coisas que estão acontecendo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Há sobre a mesa requerimento assinado pelo líder do PT, o Deputado Afonso Florence, designando o Deputado Carlos Zarattini a utilizar o tempo destinado à Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Concedo a palavra a V.Exa., pelo tempo de 9 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentá-lo, cumprimentar o Relator, que apresentou esse relatório e fez todo esse trabalho importante nesta CPI, manifestando o nosso voto favorável ao seu relatório, e cumprimentar aqui a bancada da Oposição, com a qual nós tivemos alguns atritos durante esta CPI, mas tudo dentro do debate político. De fato a Oposição em alguns momentos teve seus arroubos de oposição, naturalmente, mas eu acho que nós ficamos nesta CPI em um limite bastante tranquilo, bastante aceitável. Cumprimento também os colegas da base do Governo que fizeram um esforço enorme de participar desta CPI, colaborando efetivamente para que elucidássemos os fatos. E cumprimento ainda os companheiros do PSB que também participaram de forma ativa desta CPI.

Sr. Presidente, desde o início, nós temos dito que esta é uma CPI da qual a Oposição tinha uma tese, a tese de que havia corrupção e tráfico de influência no BNDES. O que provou todas as oitivas e todos os documentos foi que em nenhum momento existiu qualquer tráfico de influência nessa atuação do BNDES. O Deputado que me antecedeu foi muito transparente naquilo que deseja. O que deseja? Incriminar o Presidente Lula. Este era o objetivo único desta CPI, que não foi atingido pela falta de fatos que possam efetivamente incriminar o Presidente Lula.

O Deputado disse agora que o Presidente Lula atuou de forma a fazer com que as empresas que obtivessem contrato no exterior fossem apoiadas pelo banco. Puxa, mas essa é a coisa mais natural do mundo! Em qualquer país do mundo, as empresas que exportam serviços e produtos são apoiadas pelo banco de fomento do seu país. Isso acontece no Japão, acontece nos Estados Unidos, acontece em todos os lugares do mundo. Mas a Oposição não quer que isso aconteça no Brasil,



não quer que o Brasil exporte, não quer que o Brasil cresça, que as empresas brasileiras atuem fora, e tenta ligar isso a um *lobby*, como se o Presidente da República não tivesse o dever de ir ao exterior obter espaços e contratos para as empresas brasileiras.

Então, nós deveríamos aqui, Sras. e Srs. Deputados, aprovar, sim, uma moção de honra ao Presidente Lula, porque o Presidente Lula foi efetivamente o Presidente que mais levou as empresas brasileiras ao exterior, foi o Presidente que fez com que este País se projetasse internacionalmente. Só que, agora, a Oposição... E nós vimos ontem o projeto do Senador José Serra ser aprovado no Senado tolhendo a PETROBRAS (*risos*), tolhendo a PETROBRAS de atuar em nosso País, impedindo que a PETROBRAS atue.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Com o apoio de Dilma.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E esse projeto de diminuir a importância do nosso País era o que eles queriam, e é o que eles querem, que continue também no BNDES. Eles querem impedir que o BNDES atue, exatamente para favorecer a banca internacional, para impedir que um banco de fomento funcione no Brasil, para impedir que o País se desenvolva industrialmente. Se o BNDES atuou fortalecendo as empresas nacionais, foi exatamente num projeto de desenvolvimento do País.

Ora, muita gente diz: *“Ah, mas hoje nós estamos numa crise”*. É verdade, nós estamos numa crise. Não só nós, muitos países do mundo estão nesta crise. Não só a PETROBRAS está enfrentando uma crise, mas também toda a indústria petroleira do mundo está enfrentando uma crise. O lucro das empresas — exceto o da PETROBRAS —, no ano passado, foi reduzido em 97% em relação a 2014. Ou seja, só 3% de lucro em relação a 2014. A crise no setor de petróleo é internacional, é mundial devido à baixa do preço do petróleo. E não queiram vir aqui dizer agora: *“Vamos resolver”*. Lógico, querem entregar a província do pré-sal, que é uma das mais produtivas do mundo, às multinacionais do petróleo, como querem entregar o BNDES, o patrimônio do Fundo de Garantia e do PIS/COFINS às bancas nacional e internacional. Esse é o objetivo que está por trás desta CPI e que não foi alcançado.

Além disso, há evidentemente a luta política cotidiana de desgastar o Governo, em particular o Governo do Presidente Lula. Esse intento não foi



alcançado, apesar de que aqui foi colocada toda a lupa da grande mídia nacional para tentar achar alguma coisa. Não conseguiram. E eu tenho certeza de que o BNDES vai continuar exercendo um papel importante na economia brasileira, no fomento das empresas nacionais, interna ou externamente, e que vai continuar a fazê-lo, para que o Brasil se desenvolva, para que o nosso povo tenha uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado a V.Exas. Agradeço e manifesto novamente o nosso voto de apoio ao relatório do Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Carlos Zarattini.

Para falar pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao seu Líder, o Deputado Miguel Haddad, Vice-Presidente desta CPI, pelo tempo de 7 minutos.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento a todos. Ontem e hoje nós temos assistido à defesa do indefensável. Há uma distorção imensa nos argumentos. E eu quero cumprimentar a bancada situacionista pela defesa intransigente daquilo que é de conhecimento público.

Todos nós da Oposição preservamos a instituição. Preservamos, durante todo esse processo, o BNDES. Mas isso não significa anuímos a uma série de suspeições, de indícios, e não investigarmos os fatos, as versões, os indícios. Era essencial investigar.

Há uma clareza absoluta de que esta CPI ficou uma meia CPI. É indiscutível. Eu fico pasmo aqui quando ouço dizerem que a CPI não apurou nada. A CPI, na verdade, foi amputada. Não se permitiu que a CPI trabalhasse. Essa é a nossa realidade. Eu disse isso ontem, reafirmo hoje. Nós não ouvimos os principais atores, as pessoas suspeitas, como no caso o ex-Presidente Lula, os Diretores da JBS, o Procurador do TCU, que nos poderia dar um subsídio muito grande, e como foi a falta de suporte e assessoria. Tudo isso foi transformando esta CPI numa CPI que não poderia ter uma conclusão, ou chegar a um bom termo. A base governista foi responsável por isso. Só a base governista foi a responsável, porque nós tentamos, durante todo o processo, ouvir os depoimentos, obter as informações, conseguir



suporte técnico, para que pudéssemos chegar a um desfecho que talvez fosse até positivo. Mas isso não aconteceu.

Nós não somos contra esta ou aquela instituição. Eu diria que as ações da PETROBRAS viraram pó por absoluta responsabilidade do Governo. Ele é o responsável. A corrupção que corroeu a PETROBRAS é de absoluta responsabilidade do Governo. Ninguém quer privatizar isto ou aquilo. O que nós temos é um compromisso com a Nação de uma boa gestão, de uma gestão responsável, de uma gestão eficiente, que vá ao encontro do interesse nacional. E nós temos assistido ao uso das instituições. É como se a PETROBRAS e outras instituições fossem do PT, deste ou daquele. E a usam como se o fosse. Essa é a grande realidade.

As suspeições em relação ao BNDES e a alguns encaminhamentos devem-se exatamente aos depoimentos, às delações a que temos assistido do Sr. Dalton Avancini e do próprio Bumlai. Tudo isso aproxima os indícios, as suspeições. As falas, as delações, dão-nos sinais muito claros de que houve tráfico de influência.

Há duas formas de se estimularem as empresas nacionais — há duas formas. Uma delas é através de financiamento subsidiado, com empresas direcionadas. Foi dessa forma que o ex-Presidente Lula levou dinheiro barato, dinheiro do povo, e aumentou inclusive o nosso déficit — foi dessa forma. A outra é conseguindo vender o País de uma forma saudável, mostrando o potencial, o desenvolvimento e a capacidade técnica de nossas empresas levando projetos boa qualidade.

Eu queria dizer ao Relator José Rocha que nós vamos votar contra o seu relatório. O relatório em si, Deputado José Rocha, é de boa qualidade. Quem lê o relatório constata que a finalização é distinta do relatório: o seu relatório é excepcional; o desfecho dele é ruim. São coisas distintas. Quem não conhece o relatório não o consegue compreender, com todas essas peculiaridades, como detalhamento e qualidade técnica, e um desfecho distinto, diferente. Acho que houve um desencontro. Anexaram um desfecho diferente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Meu ilustre...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Pois, não. Por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Permita-me, meu ilustre Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Claro.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O meu desfecho tem uma grande contribuição do PSDB. O desfecho do meu relatório tem uma grande contribuição do ilustre Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Mas com certeza não foi suficiente para mudá-lo, para realmente lhe dar consistência e coerência entre aquilo que se fala e aquilo que se coloca no fechamento. Sem nenhuma crítica, não. Eu sei do seu trabalho, da sua seriedade, da sua lisura e compreendo... Posso não esposar a causa, mas compreendo as razões pelas quais V.Exa. fez esse encaminhamento. De qualquer forma, quero deixar aqui os meus cumprimentos pelo trabalho que V.Exa. desenvolveu.

E quero dizer que esta CPI, ao final dos trabalhos — um final melancólico, absolutamente melancólico —, dá-nos uma única certeza: de que nós devemos aprofundar... *(Pausa.) (Risos.)*

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Líder Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Esta CPI nos dá, ao final, a certeza de que há muito ainda o que avançar. Se o instrumento não é mais esta CPI do BNDES, outros instrumentos deverão ser utilizados, para que de fato possamos apurar todas essas suspeições, chegar a um final, a um desfecho, adequado e, se for o caso, condenar e responsabilizar a quem de direito.

Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo novamente pela sua lisura, pela forma eficiente, eficaz e segura com que conduziu os trabalhos, e naturalmente quero deixar a nossa posição absolutamente contrária ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Líder Miguel Haddad, Vice-Presidente desta Comissão.

Ouvimos o Relator, ouvimos as Lideranças, e, neste momento, eu vou franquear a palavra aos Sub-Relatores, pelo tempo de 3 minutos.

O primeiro Sub-Relator inscrito é o Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Relator, demais colegas, participantes, eu gostaria aqui de falar sobre a conclusão da CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem, e teve, a



obrigação de investigar um dos maiores bancos — se não o maior — de fomento do planeta, o banco que utiliza, utilizou e continuará utilizando os recursos públicos provenientes de impostos pagos por todos os brasileiros do nosso País. Teremos sempre a responsabilidade de investigar — função para a qual fomos eleitos — a aplicação desses recursos públicos, porque o papel da Câmara é investigar, fiscalizar e aplicar bem o orçamento e os recursos no âmbito do Governo Federal.

Mas infelizmente nós não conseguimos alcançar o êxito pleno pela falta de tempo, pela falta de estrutura, pela falta de equipamento, pela falta de pessoas no âmbito da nossa CPI. Esta foi realmente uma das mais importantes CPIs criadas aqui na Câmara dos Deputados, porque meio trilhão de reais é um volume de recursos que podemos dizer foi realmente um orçamento paralelo aplicado pelo Governo Federal. Esta deveria ter sido uma das CPIs mais bem equipadas em termos de pessoal, em termos de estrutura, de equipamento e de tudo o que fosse necessário, como visitas técnicas em outros Estados, em outros países, até mesmo para que pudessem ser reconhecidas as obras que foram levadas ao exterior com recursos do BNDES.

Mas, chegamos ao fim, chegamos ao fim com essa discussão do relatório. O Relator José Rocha fez um relatório — como eu já disse uma, duas vezes, e aqui o digo pela terceira vez — muito bem explanado, colocando todos os problemas, expondo as problemáticas do BNDES, incluindo ali o que os Sub-Relatores colocaram em alguns trechos para contribuir para que esse relatório pudesse chegar ao fim.

Nós, por uma situação infeliz, não conseguimos chegar ao ponto que gostaríamos, que era o indiciamento de pessoas que, pelos documentos de que dispomos, tornamo-las culpadas ao conhecimento. Mas o relatório realmente está à altura, é um bom relatório, e nós do PSDB, Oposição, entendemos que devemos pedir o indiciamento.

A menção honrosa que o ex-Presidente Lula merece, como disse aqui o nobre colega, é o indiciamento nesta CPI, porque essa é a menção que nós fazíamos enquanto Parlamentares fiscalizadores do recurso. O povo paga caro seu imposto para que possa ser bem aplicado, e não aplicado em campeões ou não campeões, quebrando empresas, falindo empresas, acabando com empregos e



desequilibrando o mercado, principalmente com consequências sociais gravíssimas. E o meu Estado sofreu, e sofre muito, as consequências sociais desse desequilíbrio econômico, harmônico na visão do BNDES, que foi criado pela aplicação de recursos pelo BNDESPAR. É uma prática visível, porque empresas quebraram, faliram ou foram compradas para se manterem fechadas, com o encerramento de empregos. Isso é realmente triste.

Eu queria, ao final, agradecer muito à equipe da nossa assessoria, que colaborou e contribuiu para que pudéssemos fazer o sub-relatório, dando aqui um voto à parte: o Wilson Calvo, o Marcos Panariello, o André Fellet, a Maria Celeste, a Niceia, o Márcio e todos os da nossa equipe. Todos contribuíram de modo muito importante, porque não tínhamos a estrutura necessária, Sr. Presidente, para chegarmos até aqui com todos os elementos necessários. Nós temos muita documentação, e é por isso que sugeri que fosse dada, no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle, a continuidade da investigação desses documentos por parte do BNDES.

Eu acredito que V.Exa., como Presidente desta Comissão, nela seria muito bem-vindo, para que mantivesse realmente o curso dessa fiscalização, porque são muitos documentos e trata-se de muito recurso brasileiro aplicado numa instituição sobre a qual pairam essas dúvidas. Os indícios são claríssimos, inquéritos são instaurados, há instituições sérias como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal que... Está claro: há tráfico de influência e a indicação de que agentes atuaram para beneficiar determinadas empresas. E o volume de empréstimo feito a algumas empresas realmente foi algo surpreendente, e o volume de recursos aplicados, sem ser empréstimo, por conta de participação também.

E a nossa vontade é que esta CPI não acabe em *pizza*, porque — já falei e repito — isso não é admitido por nenhum de nós, nem por V.Exa., como Presidente. Por isso eu acredito que o relatório é muito bem elaborado. Devemos punir aqueles que foram culpados, que utilizaram, em benefício próprio ou em benefício de um projeto de poder, recurso que não é deles, um recurso que é do povo brasileiro. E temos aqui a obrigação de fiscalizar isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Andre Moura.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Seria possível abrir a votação enquanto esse pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós só temos mais um orador inscrito. Logo após as palavras do Sub-Relator Andre Moura...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O blá-blá-blá aqui é a mesma coisa. Vamos abrir essa votação ou vamos encerrar esse negócio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos abrir a votação para atender a V.Exa.

Eu tenho aqui vários pedidos de inscrição de Parlamentares e vou franquear a palavra a V.Exa. logo após o processo de votação.

Com a palavra o Sub-Relator Andre Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Sr. Relator, Deputado José Rocha, 1º Vice-Presidente, Deputado Miguel Haddad, quero cumprimentar V.Exas., estendendo a minha saudação aos demais Vice-Presidentes desta CPI do BNDES. Quero cumprimentar também os Sub-Relatores, que contribuíram com o relatório e auxiliaram nele, que foi muito bem elaborado pelo Deputado José Rocha, e todos os membros da Comissão.

Sr. Presidente, eu tentarei ser o mais breve possível, mesmo porque entendo que todos os que me antecederam já falaram mais ou menos no mesmo sentido daquilo que eu poderia aqui colocar neste encerramento da CPI do BNDES. Apenas quero dizer que a dedicação de todos contribuiu muito com o Relator, o Deputado José Rocha, no relatório que ele aqui apresentou, um relatório extremamente balizado. Deputado José Rocha, depois de toda a discussão que houve aqui, de tudo o que foi debatido em todas as etapas desta CPI, da documentação que



chegou às mãos de todos os membros, dos Sub-Relatores e de V.Exa., tenho certeza de que V.Exa. apresentou um relatório dentro daquilo que nós esperávamos, com muita responsabilidade, com muita clareza, mas, acima de tudo, mostrando os indícios, e todos nós temos certeza disso, de desvio de dinheiro para pessoas que se utilizam de recursos do povo brasileiro para benefício próprio ou para fortalecer ainda mais essa estrutura de poder perversa que estamos acompanhando nos últimos anos no nosso País.

Mas quero aqui apenas parabenizar V.Exa. e todos os membros desta Comissão e agradecer à equipe que auxiliou na elaboração do nosso trabalho enquanto Sub-Relator, tanto os consultores da Casa, disponibilizados por esta CPI, como os nossos assessores do gabinete da Liderança do PSC. Ao encerrarmos esta CPI, espero ter contribuído o máximo, para que possamos mais uma vez provar ao povo brasileiro que este Parlamento, a Câmara Federal, está atento, buscando contribuir para esclarecer todos esses escândalos, desvios e indícios de corrupção que há em nosso País.

Parabenizo em especial o Presidente, o Deputado Marcos Rotta, pela condução dos trabalhos de forma democrática, respeitando a opinião e a posição de todos os que participaram desta Comissão e fazendo com que o debate fosse o mais amplo e o mais democrático possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu que agradeço, Deputado Andre Moura, pela gentileza das suas palavras e o cumprimento também por emprestar sua competência, também atuando firme e fortemente como Sub-Relator desta CPI.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, finalizando — se V.Exa. ainda não o fez, mas acredito que sim —, queria endereçar correspondência a todos os órgãos que cederam seus técnicos para auxiliarem nos trabalhos desta Comissão. Agradeço a participação de todos, enaltecendo, no comunicado, o trabalho competente de cada um aqui na Comissão, como também agradeço à Presidência da Casa em relação aos funcionários da consultoria e da Comissão que grande apoio deram ao nosso trabalho.



Eram essas as minhas solicitações finais, para que V.Exa., se ainda não o fez, pudesse fazê-lo para sermos justos com todos aqueles que vieram trabalhar nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado José Rocha, eu queria cumprimentar V.Exa. pela sensibilidade. Mas, nesses 7 meses em que estive aqui, eu tive o prazer e o privilégio de beber um pouco da experiência de V.Exa. na fonte.

Nós já promovemos o endereçamento de um requerimento não apenas aos órgãos que foram muito importantes para a manutenção dos nossos trabalhos, como também aos servidores que foram destinados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E também o fiz a cada um e a cada uma dos integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Agradeço a sugestão de V.Exa., que mais uma vez me contempla com essas suas posições sempre muito sensíveis.

Solicito que seja aberto o painel somente para registro de orientação das bancadas, uma vez que a votação será realizada pelo processo simbólico.

Para orientar a bancada, pelo prazo de 1 minuto, solicito o posicionamento do PMDB. Como vota o PMDB, Deputado Edio Lopes?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, o PMDB orienta a sua bancada a votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Voto "sim" do PMDB.

Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Presidente, o PT orienta votar com o Relator: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Como vota o PSDB, Deputado João Gualberto?

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, eu quero lembrar ao PT e aos partidos aliados que não é a primeira CPI que eles conseguem transformar em *pizza*. Na CPMI da PETROBRAS, também o conseguiram. Mas eu quero lembrar mais uma vez que depois veio a da Lava-Jato, que desvendou toda a roubalheira e toda a corrupção que lá existia. Inclusive a última é que o marqueteiro do PT, o João Santana, recebeu provavelmente dinheiro do roubo da PETROBRAS. E não é por menos que o PT defende que a PETROBRAS continue sendo uma



empresa do PT, porque a PETROBRAS hoje não é uma empresa do brasileiro, é uma empresa do PT. Não é por menos que se faz isso.

Por isso, Sr. Presidente, votamos “não” ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Como vota o Partido Progressista?

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - O PP acompanha o nosso Relator, Sr. Presidente, e vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ministro Aguinaldo, Líder do PP, parabéns pela sua condução a Líder de um partido extremamente importante. Tenha certeza de que todos nós ficamos muito alegres e satisfeitos com a ascensão de V.Exa. à Liderança do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Agradeço a V.Exa. Estou à disposição dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Como vota o PR, Deputado Bilac?

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, o PR tem uma posição *sui generis*, uma vez que o nosso Relator é do PR. Então, conforme acordo de bancada, nós vamos orientar o voto “sim” em função do relatório, dando-nos, todavia, a liberdade de votar de acordo com a nossa consciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Bilac.

Como vota o PSB, Deputado Bebeto?

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, ontem eu tive a oportunidade de tecer comentários acerca do relatório e objetivamente apresentar a proposta de um acordo ao nosso Relator, porque há uma assimetria entre o curso do relatório e o voto em si. E nós, do PSB, em uma análise que fizemos, entendemos ser possível um refinamento no voto final, de modo que ele fosse mais abrangente e contemplasse um conjunto de medidas inclusive solicitadas por um ou outro Deputado nesta Casa.

Sem sombra de dúvida, essa assimetria não significa um desmerecimento ao conteúdo e ao relatório, que substantivamente tem acerto técnico, um envolvimento.



O nosso Relator teve a capacidade de enxergar e de incorporar um conjunto de solicitações.

Em um debate que o PSB fez — e nós tivemos o cuidado de não expressar uma posição individual minha ou do Deputado Fabio Garcia, que aqui se encontra—, após objetivamente analisarmos o conteúdo do próprio relatório, o desejo não era incriminar quem não tem culpa, mas também não deixar de culpar aqueles que efetivamente cometeram algum ilícito.

Mas, ao final, restou para nós entendido basicamente o seguinte: o BNDES, como um banco de fomento, não poderia sofrer uma exposição desnecessária, assim como os bancos de fomento mundiais.

Nós temos o exemplo agora, na crise que estamos vivendo nos estaleiros, de que o próprio banco japonês dá uma carta de fiança para financiar um empreendimento na Bahia, um estaleiro, em negociação. Esse é o papel de um banco não apenas no financiamento de bens e serviços, mas também no desejo de que suas empresas sejam fortalecidas cada vez mais.

Finalmente, mesmo não tendo consolidada a posição que gostaríamos, o partido orienta o voto “sim”. E está aqui o companheiro acompanhando o relatório, mesmo com essas divergências. Encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Beбето. O PSB vota “sim”.

Como vota o PSD, Deputado Paulo Magalhães?

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Vota “sim” ao relatório do Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vota “sim”

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO MARCELO SQUASSONI - Sr. Presidente, o PRB vota “sim”, acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O PRB vota “sim”.

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT?



O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, o PDT, que faz parte da base do Governo, orienta o voto “sim”.

Eu, como membro desta Comissão, digo que, baseado em seu relatório, o eminente Relator José Rocha deixa muito claros alguns questionamentos importantes. Primeiro, em relação à efetividade da aplicação dos recursos; segundo, em relação ao Grupo X. Outra coisa importante é a remuneração dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, constitucional, que está muito aquém do que aquilo que o Governo tem que corrigir junto ao FAT.

Sr. Presidente, baseado nesses dados, acho que o relatório é muito claro, porque não é conclusivo e coloca alguns indícios de irregularidades — e vou dizer aqui que também não dá para indiciar ninguém neste momento —, mas fica muito claro que é necessário que se prorrogue o prazo desta CPI, para que a gente possa, de fato, apurar melhor esses indícios de irregularidades citados no relatório produzido pelo eminente Relator.

Por essa razão, Sr. Presidente, meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas a orientação do seu partido é “sim”?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Do PDT é “sim”. Mas o meu voto é “não”, de acordo com o meu voto em separado sobre o relatório, conforme apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O voto de V.Exa. é “não”. Agradeço a V.Exa.

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PSC, pelo seu Líder? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ANDRE MOURA - O PSC, Sr. Presidente, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O PSC vota “sim”.

Como vota o PCdoB, Deputado Davidson Magalhães?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, gostaria de, primeiro, parabenizar o BNDES, que, no ano de 2015, lançou o Plano de Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química — PADIQ e o Programa de Eficiência Energética para a indústria química brasileira, que é uma indústria que



fatura 112 bilhões de dólares por ano, dando uma demonstração que esse é um banco eficiente.

Parabenizo o relatório, cujo texto não poderia refletir mais o que foi a própria causa desta CPI: indícios. E ficaram nos indícios, porque efetivamente nada se apresentou aqui. Aliás, uma documentação farta foi apresentada, mas eu não vi estudos sobre essa documentação, não vi apresentação concreta sobre elementos dessa documentação que foi disponibilizada para a CPI, para que se fizessem efetivamente denúncias objetivas. Na verdade, o que se queria era mais um palco político de denúncias, e o próprio Relator não transferiu isso ao seu relatório.

Quero encerrar dizendo que uma das maiores pizzarias montadas neste Brasil foi nos 8 anos de Fernando Henrique. Aliás, nada se apurava neste País durante esse período. Tudo foi colocado embaixo do tapete nesse período. E eu falo isso com muita tranquilidade, porque nosso partido passou ileso por todo esse processo e pode identificar efetivamente que nossa tarefa aqui na CPI do BNDES foi cumprida a contento. E, inclusive, parabenizo o BNDES, pois o banco sai daqui mais fortalecido.

Se a tentativa era de esvaziar e fragilizar um dos instrumentos mais importantes do financiamento e do desenvolvimento nacional, acho que as multinacionais e os seus representantes saíram daqui extremamente frustrados com essa tentativa.

Parabéns ao relatório. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - PCdoB “sim”.

Como vota o PPS?

Aproveito para justificar a ausência do membro titular desta Comissão, Deputado Arnaldo Jordy, do PPS, que está em missão oficial representando a Câmara dos Deputados.

Como vota o PROS?

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - O PROS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O PROS vota “sim”.

Como vota o PTN?



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, uma saudosa repórter falava na rádio todos os dias para que os mineiros escutassem: “*É melhor ouvir determinadas coisas do que ser surdo*”.

Então, Sr. Presidente, o meu relatório está contido no texto elaborado pelo Relator. Portanto, eu só posso encaminhar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O PTN vota “sim”.

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PTdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PEN?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O PEN vota “sim”.

Como vota o PSL?

O SR. DEPUTADO MACEDO - O PSL vota com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vota “sim”, o PSL.

Como vota a Minoria, pelo seu Líder, Miguel Haddad?

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, respeitando as posições de todos os partidos, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A Minoria vota “não”.

Como vota o Governo? Deputado Carlos Zarattini, como vota o Governo?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Governo vota “sim”.

Sras. e Srs. Parlamentares, em votação o relatório do Deputado José Rocha.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram; os que forem contrários, por gentileza, queiram se manifestar e aguardar um pouco as suas posições contrárias para que possamos identificá-las. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório do Deputado José Rocha, com votos...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, peço verificação.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Não, verificação. Eu peço verificação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Verificação concedida ao Líder da Minoria, Deputado Miguel Haddad.



Solicito a abertura do painel, para manifestação nominal das Sras. e dos Srs. Parlamentares. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, só um rápido comentário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Depois da fala do Deputado Edio, eu entendi agora. A culpa do relatório do Deputado José Rocha é de FHC.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Não vamos ser injustos, não; pois não foi o relatório do Edio; foi de...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Desculpa; do Davidson?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Davidson Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O painel já está aberto para manifestação nominal de V.Exas.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Eu não me referi ao relatório; eu me referi à questão da pizzaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sras. e Srs. Parlamentares, enquanto nós estamos nesse processo de votação, eu queria aqui agradecer a todos pelo convívio que tive nestes últimos 7 meses com os 27 integrantes desta Comissão, com os titulares e também com os suplentes.

Para mim, como Deputado de primeiro mandato, não foi fácil cumprir esta missão que me foi dada pelo meu partido. Mas, sem dúvida alguma, foi uma das mais valiosas experiências políticas que pude ter na minha carreira política.

Venho de quatro mandatos como Deputado Estadual, estou no primeiro ano de mandato federal e consegui, sob a responsabilidade de meu partido, chegar ao cargo de Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu queria agradecer muito aqui essa convivência harmônica que tivemos nestes últimos meses; cumprimentar V.Exas., sempre reconhecendo o grau de altivez e o nível elevado que mantivemos em nossas discussões, mesmo diante de vários embates que promovemos aqui.



Sem dúvida alguma, eu procurei, no exercício da Presidência, manter aceso o compromisso que fiz, desde o dia da minha eleição e posse como Presidente, de procurar ser o mais imparcial e consensual possível.

Tanto isso é verdade que, em todas as ações empreendidas, eu nunca exerci o papel de Presidente em sua plenitude. Todas as pautas, inclusive, que promovemos aqui sempre foram decididas através do diálogo e do consenso.

Então, neste momento, queria muito agradecer a V.Exas. e dizer que vou sentir muito a falta deste convívio harmônico que tivemos nos últimos meses.

Espero poder ter contribuído para que pudéssemos ter esse grau elevado de debates nesta Comissão.

Eu queria agradecer a minha bancada, em especial ao Deputado Edio Lopes, que tão bem representou o nosso partido; e ao meu Líder, Deputado Leonardo Picciani, pela confiança em mim depositada.

Espero, sinceramente, ter podido retribuir a atenção e o respeito de V.Exas.

Está encerrada...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, eu só gostaria também de reiterar as palavras de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Solicito ao Relator para que S.Exa. possa votar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Quero agradecer também, em nome do Robson, todos os colaboradores da Comissão e da Secretaria que atenderam a CPI.

Quero parabenizar também todos os colaboradores da Casa, em especial os da Consultoria, que também nos auxiliaram durante esse processo.

O Robson esteve ao seu lado durante esse período. Muito obrigado, Robson. Em seu nome, agradeço a todos os servidores, as secretarias, que nos apoiaram e colaboraram conosco. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho desempenhado.

Parabéns pela imparcialidade, Sr. Presidente.

Infelizmente, não conseguimos alcançar os resultados que buscávamos, mas, realmente, o Brasil espera que essa investigação ainda avance, para que a gente possa compreender, de fato, o que se faz com o recurso público do BNDES.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Todo mundo já votou?
(*Pausa.*)

Será um prazer ouvir o Líder Rubens Bueno, que fui inclusive um dos responsáveis pela formatação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Apenas, antes, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Robson, assim como todos os funcionários e colaboradores, que nos ajudaram a ter esse desfecho.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Proclamação do resultado:

“Sim”, 20; “Não”, 7.

Está aprovado o relatório de S.Exa., Deputado José Rocha, a quem gostaria de cumprimentar.

Consulto o colegiado para saber se podemos dar por aprovada a ata da presente reunião, uma vez que todo o conteúdo foi gravado. (*Pausa.*)

Havendo concordância, declaro aprovada a referida ata.

Antes de encerrar os trabalhos, concedo a palavra ao Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno.

Depois, vou franquear a palavra às Sras. e aos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, obrigado pela deferência. Eu vim participar desta reunião como um dos autores do requerimento para criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não obstante a informação que recebo sobre o relatório final que acaba de ser aprovado, sobre ter sido ele um relatório razoável, um bom relatório, não há indiciamento de ninguém.

E esta decisão tomada, com respeito a todos que a tomaram, traz mais um voto de desconfiança no Parlamento brasileiro, porque nós não cumprimos com nosso papel.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é uma ferramenta da maior importância do Poder Legislativo, mas não se dá o devido respeito a essa ferramenta, que é uma ferramenta democrática, para investigar, para pesquisar, para aprofundar o exame das documentações necessárias para embasar relatórios.



O Deputado Arnaldo Jordy deveria estar aqui, mas está em missão oficial, em viagem. Eu vim aqui para dizer que S.Exa. gostaria muito de estar presente, para defender seu voto em separado, junto com outros tantos Deputados que apoiaram esse voto em separado.

E digo isso porque deveria haver o indiciamento de pessoas de um banco público, pessoas responsáveis por denúncias que envolvem mais de 400 bilhões de reais de sua carteira, pois grande parte desse dinheiro foi levado às empreiteiras para negócios e obras superfaturadas e propinas para financiamento de campanha, inclusive para o Sr. João Santana, o marqueteiro de Lula e de Dilma.

O Sr. João Santana está preso, ele e a mulher, por terem recebido dinheiro da Odebrecht no exterior, sem contabilizá-lo e em afronta à legislação brasileira. E assim outros tantos milhões foram desviados. E não há um indiciamento sequer para podermos dizer claramente quais as pessoas envolvidas e que merecem um olhar diferente da sociedade brasileira.

Quando não indicamos, estamos fechando os olhos para aqueles que continuam a delinquir, continuam a sugar os cofres públicos. Tirar dinheiro de um banco público, por meio de empréstimos com juros subsidiados — e somos nós que pagamos essa conta —, é o mesmo que tirar dinheiro da saúde, cujos hospitais estão abandonados. Milhares de brasileiros estão morrendo nos corredores dos hospitais, outros milhares esperam nas filas por atendimento, durante meses aguardando essa oportunidade. E a escola de qualidade, que é uma luta de Cristovam Buarque e de tantos outros educadores, que até hoje não se implementa, porque o dinheiro vai para o ralo da corrupção. E nós não enfrentamos isso.

É do nosso dever, como Parlamentares, ficais do povo, fazer leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

E chegamos aqui a um bom relatório, repito, mas a falta de indiciamento é um sinal de que estamos fechando os olhos para os grandes criminosos que superfaturam obras, que estabelecem propinas em percentuais previamente combinados, com uma organização criminosa sofisticada que tomou conta do poder público brasileiro.

Não bastassem o BNDES, os fundos de pensão e tudo o que estamos vendo aqui no Brasil, parece-me que nada está acontecendo.



Hoje, em decorrência da Operação Zelotes, a Polícia Federal está buscando coercitivamente o Presidente da Gerdau para que ele fale sobre fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, da Fazenda Nacional, da ordem de 1,5 bilhão de reais. E nós vamos fechar os olhos?

Não estou acusando, não estou sentenciando, mas não podemos fechar os olhos para a investigação. Esse é o papel de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas a CPI — e falo com todo respeito ao Relator e à Mesa — busca indiciar, mas nós não tomamos providências. Quem vai tomá-las é o Ministério Público. Se nós buscarmos o indiciamento de A ou B e de tantos aqui listados pelo Deputado Arnaldo Jordy, estaríamos vendo o Ministério Público cumprindo seu papel e já colocando o dedo na ferida dos verdadeiros culpados, dos verdadeiros criminosos. Mas não estamos fazendo isso.

E a Comissão Parlamentar de Inquérito também não vai sentenciar ninguém, quem vai fazer isso é a Justiça. Mas o nosso papel é investigar, encaminhar tudo o que for crime para o Ministério Público, e esse que faça a denúncia junto à Justiça.

Outro papel desta Comissão é buscar junto à AGU e demais órgãos da República o ressarcimento dos prejuízos provocados com o dinheiro que foi desviado. De outro lado, ter aqui normas jurídicas, leis, regulamentos, que cabem a esta Casa fazer para que isso não volte a se repetir. Então, eu quero aqui deixar, primeiro, saber que é um relatório conduzido. Esse voto em separado do Deputado Arnaldo Jordy está baseado em informações do Tribunal de Contas da União, de um insuspeito tribunal. Isto aqui está documentado.

Quero registrar este voto em separado em nome da nossa bancada e dos Deputados que apoiam este voto, mas quero também dizer que cumpre a nós o papel do indiciamento e da indicação desses nomes ao Ministério Público.

Muito obrigado, e aqui finalizo, deixando a desejar aquilo que era o princípio de toda essa luta desse requerimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas parabéns ao Presidente e à sua equipe que trabalharam — e ao Relator — neste momento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Líder Rubens Bueno pelas suas palavras e pelos seus posicionamentos sempre firmes e coerentes.

Sras. e Srs. Parlamentares, nós vamos seguir agora a ordem de inscrição.

Pela ordem, concedo a palavra, inicialmente, ao Deputado Sérgio Vidigal, pelo tempo de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Sr. Presidente, Deputado Marcos Frota. Desculpe-me, Marcos Rotta. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Frota é o da Globo, ainda eu não cheguei lá. Mas nós vamos chegar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Deputado Marcos Rotta, eu quero parabenizá-lo pela direção desta CPI e, também, pelo seu cuidado com os gastos públicos durante todo o funcionamento desta Comissão.

Quero saudar o Deputado José Rocha, Relator, um bom baiano, o Deputado Miguel Haddad, 1º Vice-Presidente, e cumprimento todos os Parlamentares e também toda a assessoria que participou e contribuiu durante esta CPI.

Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer aqui ao meu partido. Meu partido faz parte da base do Governo e, democraticamente, permitiu que eu desse um voto consciente e coerente. E, por essa razão, eu fiz um voto em separado.

Eu quero aqui dizer ao Deputado José Rocha que o seu relatório contribuiu muito para o meu voto em separado, porque seu relatório coloca claramente que ficaram alguns questionamentos sem serem esclarecidos. Já citamos aqui, quando fizemos o encaminhamento.

Temos a questão do Sr. Bumlai, que fez uma operação milionária e fiançou um imóvel que representava 1% do valor da operação, que hoje está preso, que esteve nesta CPI e não pôde responder absolutamente nada.

O projeto de campeões nacionais não ficou muito claro, e isso também é citado. Os órgãos de controle também são citados no relatório de V.Exa. Sem esquecer a questão da remuneração do FAT constitucional e o mecanismo de operação de financiamento para outros países a taxas de juros de 4,4% ao ano.

O Governo faz uma captação no Tesouro hoje com 14,25%. A remuneração do FAT constitucional é pela inflação. Utilizaram-se recursos do trabalhador



brasileiro para poder fazer as operações internacionais com juro menor do que o praticado aqui no mercado.

Outra questão é que ficou muito claro que muitas empresas optaram por pegar os recursos do BNDES, porque era muito melhor pegar o financiamento do BNDES e aplicar seus próprios recursos. As grandes empresas, quando fazem seus investimentos, planejam previamente, e, nesse planejamento, havia o desembolso das empresas. Mas elas optaram por utilizar os recursos do BNDES, o que mostrou claramente, e o seu relatório também diz claramente isso, que não houve muita efetividade. E seu relatório ainda vai além: há necessidade de investimentos das operações de financiamento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia.

Por essa razão, Sr. Presidente, dei meu voto em separado, votei “não” ao relatório, mas quero aqui parabenizar o Relator, porque fez um relatório espetacular.

Infelizmente, para a conclusão, eu tenho certeza absoluta de que no seu coração V.Exa. precisaria de prorrogação do prazo, para que a gente possa apurar mais amiúde.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. proibisse nesta Casa — e que a gente pudesse fazer uma lei — comparar a CPI com pizza. Hoje, aqui, chegaram até a comparar com acarajé.

Primeiro, que o acarajé é uma iguaria que é apreciada pela população brasileira, principalmente pela população da Bahia, onde está a primeira capital do Brasil. É uma iguaria pela qual a gente tem um respeito muito grande, e pela pizza também, porque tem uma história maravilhosa.

A pizza foi criada pelos egípcios, apesar de os gregos dizerem que foi por eles. Depois, ficou conhecida mundialmente pelos italianos. E, quando se fala “acaba em pizza”, os dirigentes do Palmeiras, quando acabavam uma reunião, eles comemoravam comendo pizza. E eu estou colocando tudo isso, porque é um desrespeito com o acarajé e com a pizza serem comparados com a CPI desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu que agradeço. E justiça seja feita, Deputado Sérgio Vidigal, V.Exa. deu uma enorme contribuição aos trabalhos desta Comissão. Esteve sempre atuante, sempre presente, sempre se posicionando em favor dos trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar



de Inquérito. Sem dúvida alguma, não apenas o seu Estado, o seu partido, esta Comissão esteve muito bem representada com a presença de V.Exa. integrando permanentemente os trabalhos desta Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, do PMDB.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de, primeiramente, parabenizar todos os membros desta Comissão; V.Exa., o Deputado Marcos Rotta; Deputado Rocha; Deputado Haddad; enfim, todos os servidores desta Casa pelo trabalho e pela dedicação.

Mas não posso perder a oportunidade também, de mais uma vez dizer que fiz, ao longo de todo o ano de 2015, reuniões com o Ministro Joaquim Levy e diversas no BNDES, com o Presidente Luciano Coutinho e seu corpo de diretores, para tratar de uma coisa que vínhamos prevendo que iria acontecer, e aconteceu.

Nós tivemos um BNDES totalmente apático em 2015, o Banco do Brasil também, a Caixa Econômica Federal bem devagarinho, e aconteceu o que aconteceu. Nós estamos com um desemprego enorme em nosso País. Nós estamos com muitas empresas endividadas, muitas já nem conseguem mais fazer financiamentos, porque estão com problemas no CNPJ, com problemas no CPF das pessoas físicas. Tudo isso por quê? Porque o BNDES não cumpriu a missão dele, porque o Ministro Joaquim Levy não atendeu àquilo que foi solicitado.

Eu quero pedir a toda equipe da Presidente Dilma Rousseff — e aí é onde entram o Conselho, o Conselhão, o Ministro Jaques Vagner, o Ministro Berzoini, Antônio Tombini do Banco Central e Giles Azevedo —, a todos que têm uma gerência sobre as conduções do trabalho da economia do nosso País, que deem todo o apoio para o BNDES. O Banco tem que cumprir a missão dele.

O que não foi feito em 2015 tem que ser feito agora. As nossas empresas precisam de linhas de crédito — e já existe um projeto agora que parece que vai começar a andar —, as nossas empresas, aquelas que estão endividadas, precisam renegociar as dívidas. As nossas empresas precisam de capital de giro, porque não existe nada pior do que o desemprego. O desemprego gera doença, gera fome. Isso é horrível na vida das pessoas.

Então, o Ministério da Saúde tem que ser preservado, como a educação, a segurança, mas essa parte da economia que mantém a dignidade das pessoas, que



é o emprego, precisa ser valorizada. É preciso trabalhar de forma mais eficiente e mais rápida.

O Banco do Brasil também: — e agora está na hora de exportar — precisa ajudar as empresas exportadoras, como o BNDES.

Então, Presidente Marcos Rotta, eu já cheguei uma vez aqui a pedir para o Ministro Levy, em nome de Jesus, para ele amolecer o coração dele, mas não adiantou. E nós estamos chegando a um momento cada vez pior.

Então, agora que terminou a CPI do BNDES, que o BNDES está preservado e é um banco nosso; eu quero dizer que votei com o Relator com muito orgulho, porque nós temos, sim, que valorizar o BNDES, e, se houver alguma coisa errada, quem vai fazer esse papel é a Polícia Federal, é o Ministério Público Federal. Essa é função da Polícia Federal e do Ministério Público Federal.

Mas ficou bem claro aqui que as coisas estão todas dentro da normalidade. Mas eu quero pedir a todas as pessoas que pensam o Governo que deem apoio para o BNDES, para a equipe do BNDES, para o Banco do Brasil, para que eles cumpram a missão social deles, porque nós temos que estancar esse desemprego em nosso País.

Parabéns a todos. Esperamos que, se Deus quiser, o Brasil melhore. Esse clima de recessão, de negativismo tem que mudar, porque, infelizmente, é muito triste o que está acontecendo em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu que agradeço, Deputado Mauro. Registro também a contribuição valiosa de V.Exa., sempre presente aqui, representando muito bem o Rio Grande do Sul, representando o PMDB nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, V.Exa. que é um dos Deputados com 100% de frequência nesta Casa.

Parabéns a V.Exa., que contribuiu também muito para o desenrolar dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio. Na sequência, falarão a Deputada Raquel e o Deputado Baldy.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, nós assistimos aqui ao que, nos últimos dias, nós já estávamos assistindo. Só houve a comprovação. O



Governo, mais uma vez, entrou fortemente, colocou a sua bancada, fez o seu dever de casa e abafou mais uma investigação que poderia nos levar à condição de melhorar o Brasil.

Muitos Parlamentares dizem sobre a Oposição comemorar a corrupção que está acontecendo no País, quando, na realidade, a Oposição tem o dever de fiscalizar e evitar que coisas que estejam acontecendo de forma incorreta sejam investigadas e punidas para defender o Brasil.

O Deputado João Gualberto colocou aqui, de maneira muito correta, que o PT quer que a PETROBRAS continue sendo do PT, não do Brasil. E assim mesmo é a nossa dúvida com relação à questão do BNDES. Quando vem aqui um Parlamentar do PT dizer a respeito da missão que o Banco tem de fortalecer as empresas nacionais, é óbvio que tem, é óbvio que é uma das funções de um banco fortalecer as empresas nacionais, mas não favorecer algumas empresas nacionais. Essa é a diferença.

O que tem acontecido no BNDES é que 70% dos investimentos foram para algumas empresas do Brasil. Essa é a nossa visão. E quando nós colocamos que o ex-Presidente promove a influência e que isso é diretamente ligado aos empréstimos do BNDES, a grande verdade é que o que está subentendido é que aonde o ex-Presidente vai ele leva o BNDES debaixo do braço.

Essa não é uma boa impressão para um banco público. Essa não é uma boa impressão para um banco que precisa ser transparente.

Acobertar e dizer “*olhe, encerramos esta CPI*” significa que, se não houve nenhum indiciamento, isso quer dizer que o Banco não tem problemas? Nós assistimos aqui a um cidadão que veio e foi preso, através das nossas investigações, e acredito eu que, se não fosse o trabalho desta CPI, ele não teria sido preso.

Houve uma força-tarefa do Governo para evitar que ele pudesse vir a esta CPI dar esclarecimentos, e, em função disso, houve investigações mais fortes com relação ao caso deste, que é conhecido por todos aqui em Brasília. Todos sabem dos privilégios que ele tinha para entrar no Palácio do Planalto, das facilidades que ele tinha para tramitar nos órgãos de Governo, da amizade que ele tinha com o ex-Presidente, que concedeu privilégios a ele.



Terminar esta CPI hoje, sem poder, de fato, ter uma atitude prática no sentido de melhorar o Banco, de esclarecer as dúvidas, de atravessar o córrego para uma nova etapa do Banco, eu acho que esta CPI teria o dever de tornar o Banco de Desenvolvimento Social mais social e menos oligopólico. O Governo está promovendo a quebra de pequenas empresas para estimular o monopólio de grandes empresas. Não é essa a função que acreditamos que deva ter.

A Oposição não comemora o desastre na PETROBRAS e tem medo de que o mesmo que aconteceu lá esteja acontecendo no BNDES. Por isso, apresentamos voto em separado. Objetivamos, de forma clara, outro caminho, inclusive dando continuidade ao relatório do Relator José Rocha, que aponta diversas dúvidas sobre o andamento do BNDES.

E fica o lamento por um Governo que costuma ir à televisão dizer que investiga tudo, que manda prender e manda soltar, mas, na verdade, o que temos visto é que tudo o que aconteceu, de mandar prender e mandar soltar, foi em função da Polícia Federal e do Ministério Público, porque, no que depende do Governo, a exemplo da CPMI da PETROBRAS, eles fizeram o dever de casa de jogar tudo para debaixo do tapete. Dias depois, em outra CPI que foi instalada, ficou comprovado que a PETROBRAS foi vítima do segundo maior escândalo de corrupção do planeta. Quando uma CPI não faz indiciamento, procura e não consegue obter fatos consistentes, isso não quer dizer que eles não existam. Pode acontecer, como aconteceu aqui, de não haver tempo para analisar todas as documentações.

Concluo, porque o meu tempo está acabando, dizendo que não posso deixar de cumprimentar a equipe técnica que nos deu respaldo aqui na CPI. Muito obrigado a vocês que estiveram diariamente, durante 6 meses, acompanhando os nossos trabalhos. Agradeço ao Presidente a serenidade em uma missão que não é fácil, coordenar trabalhos em que há divergências políticas; também agradeço ao nobre Relator, por quem, apesar de discordar do relatório, em parte, mantenho respeito.

Mas quero dizer que o Governo hoje oferece mais um episódio lamentável ao Brasil, que é encerrar uma CPI sem respostas e deixar o Brasil mais uma vez com mais dúvidas do que respostas. O Brasil não merecia isso de todos nós. Isso só serve, infelizmente, para o povo, para a população lá fora desacreditar ainda mais no nosso papel. Fica aqui o nosso lamento ao ver o Governo, de maneira tão forte,



colocar 20 votos contra 7, para que se aprovasse um relatório sem indiciamento, sem providências sobre essa relação.

Muito obrigado. Que em breve nós possamos esclarecer, quem sabe, os fatos e ter acesso à verdade do que realmente está acontecendo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio. Registro também a forma sempre incisiva e firme com que V.Exa. se manifesta nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o partido de V.Exa., o PSDB, está muito bem representado, com quadros iguais a V.Exa., ao Deputado Alexandre Baldy, ao Deputado Betinho Gomes, ao Deputado João Gualberto. Não tenho dúvida alguma de que a Oposição fez um trabalho à altura do que a sociedade brasileira realmente esperava.

Então, parabéns a V.Exa. e parabéns ao comportamento de V.Exa., sempre tratando as questões de forma muito dura, mas profundamente leal, sobretudo na defesa do ideal de V.Exa.

Com a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Quero parabenizar o Deputado Marcos Rotta, nosso Presidente, e o Deputado José Rocha, o Relator. Cumprimento todos os Deputados que compõem essa importante Comissão na pessoa do Deputado Caio Narcio, nosso companheiro de Minas Gerais. Ele, efetivamente, representou aqui a bancada de Minas, sempre muito frequente e firme nas suas convicções, e, mais do que isso, extrapolando os limites da Comissão, informou, através de sua rede social e do plenário desta Casa também, tudo o que se passava aqui, para que a população brasileira nos acompanhasse.

Gostaria de dizer que eu acredito ainda que o Brasil é muito rico. Temos muitos recursos, mas vivemos reclamando que não temos. O problema é que o dinheiro, muitas vezes, vai para o ralo e, efetivamente, Prefeitos, Vereadores, Deputados, Governadores, Ministros, nós temos que acompanhar a aplicação desse dinheiro, porque, se bem aplicado, resolveria muitos problemas. Estamos falando da campanha da fraternidade, do saneamento para as pessoas terem condições dignas, terem água tratada, esgoto tratado, de termos investimento também na área



da saúde, diante de tantos problemas que estamos enfrentando, especialmente neste ano, com a zika, *chikungunya* e dengue.

Enfim, quero dizer que participei ativamente de três CPIs desta Casa no ano passado, e estive aqui por algumas vezes também para acompanhar e informar à minha região sobre os trabalhos aqui realizados, até porque nos interessa, sim, ter os recursos do BNDES também no norte de Minas, nossa região. Temos vários projetos para grandes obras na Prefeitura de Montes Claros que estão paralisados, aguardando essa importante liberação.

Então, finalizo dizendo que me solidarizo também com os Deputados, especialmente os da Bahia, com o fato de que operações realizadas carregam o símbolo do seu Estado — algumas diligências têm o nome de um prato da Bahia, o acarajé. Quero lembrar que no norte de Minas também não é diferente. Já tivemos uma operação com o nome do nosso símbolo do Cerrado, o pequi, em uma operação chamada Laranja com Pequi. Então, eu acho que é preciso rever a forma adequada de se tratar isso, para se respeitar a nossa origem, a nossa região.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputada Raquel.

Sugiro a V.Exa., que tem problemas com liberação de recursos, que faça uma reunião com os representantes do BNDES que aqui estão a fim de exigir os direitos dos Municípios de Minas Gerais.

Aliás, eu queria agradecer a toda a Diretoria e aos servidores do BNDES que aqui estão. Eles sempre acompanham as sessões da CPI. Muito obrigado pelo apoio que deram a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O último Deputado inscrito é o Deputado Alexandre Baldy, que tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, gostaria de lamentar o fim precoce da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI do BNDES, porque não tivemos tempo necessário para investigar o que precisávamos.

Quero lamentar a falta de estrutura. Não contamos sequer com uma empresa de apoio para auditar milhões de documentos que deveriam ter sido avaliados, auditados e analisados, para que pudéssemos chegar ao fim da CPI comprometidos com a população brasileira e com os resultados que ela esperava.



Lamento todos os episódios em que observamos aqui o Governo Federal barrando, impedindo, blindando, para que não houvesse oitivas, para que não recebêssemos pessoas e elementos necessários a um maior esclarecimento de todas as ações que foram adotadas pelo BNDES.

Eu não quero ser injusto com nenhum colaborador do BNDES, banco que é importante para a economia do Brasil, mas eu quero ser justo com aquele brasileiro e com aquela brasileira que pagam caro os seus impostos e esperam por serviços públicos e oportunidade de trabalho. Quando um nobre colega fala que a falta do BNDES na economia no ano passado trouxe o desemprego e a recessão econômica, eu vejo quão errada foi a política do Governo no seu papel econômico, exercida pelo Presidente Lula e continuada pela Presidente Dilma, a partir da qual injetou-se um volume extraordinário de recursos em bancos públicos, especificamente no BNDES, endividando o nosso País. É por isso que fomos rebaixados pela terceira vez por um banco de análise de crédito. Quer dizer, o Brasil hoje tem uma dívida bruta nominal em torno de 3,9 trilhões de reais, dos quais 500 milhões — meio trilhão! — foram colocados à disposição do BNDES, sem que essa política pujante, ousada e extremamente robusta de injeção de recursos nos bancos públicos pudesse surtir efeito. Então, o resultado econômico da política foi pífio.

Não digo que isso foi culpa dos funcionários e colaboradores do BNDES. Isso foi culpa da política econômica de um Governo. Quem errou foi o Presidente da República, auxiliado pelos seus Ministros da Fazenda e pelo Tesouro Nacional, que injetaram na economia recursos captados no mercado ao custo da taxa SELIC, hoje altíssima, emprestando-o pelo Programa BNDES de Sustentação do Investimento, que é um programa importante e necessário, mas é caro, porque quem paga, ao fim, é o cidadão. Então, é necessário, mas quem paga a conta é o povo.

Discutiu-se aqui a importância dos empréstimos para fins de exportações de bens e serviços, com o argumento de que fizeram comparações com bancos da Alemanha, de outros países europeus, enfim, de qualquer parte do mundo — até, como já ouvi aqui, com banco chinês.

Falta recurso no Brasil. Nós emprestamos recursos a outros países sem que sequer os tenhamos. Aqui não sobra recurso, mas, sim, falta. Nós tomamos emprestado do mercado pagando a taxa SELIC e emprestamos a outros países



cobrando taxas competitivas. Vejam a preocupação econômica de quem defende este Governo.

E isso para não falar na corrupção, para não falar no tráfico de influência, para não falar nos desdobramentos com os quais nós da Oposição buscamos complementar o belo trabalho, o brilhante relatório do Deputado José Rocha, com o objetivo de chegarmos, como disse outro nobre colega, ao fim dos trabalhos desta Comissão com uma consequência efetiva dela, podendo dar uma resposta à população, que nos cobra de modo muito objetivo.

A cada postagem que fazemos nas redes sociais, eleitores e eleitoras, cidadãos e cidadãs nos cobram dizendo assim: *“Mais uma vez uma CPI vai se encerrar sem que haja um desdobramento efetivo dela, vai acabar em pizza”*. Isso é ruim para todos nós, seja da base do Governo, seja da Oposição ao Governo, como eu. Por quê? Porque isso descredibiliza o agente político, descredibiliza a Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, descredibiliza todos os representantes do povo, pois assim não somos vistos por toda a população brasileira.

Hoje os cidadãos e cidadãs têm cada vez mais dificuldades de enxergar o que os seus representantes fazem efetivamente, haja vista ao desemprego, haja vista a toda a crise econômica, cujos efeitos e conseqüências estão sendo colocados nas costas do povo. O Governo só pensa em aumentar imposto para pagar essa conta.

E a corrupção está aí, sendo denunciada nos veículos de comunicação, seja nos jornais, seja no rádio, seja na TV, seja nas redes sociais, para que se leve ao povo o conhecimento de escândalos de desvios de recursos públicos, quer em benefício de certos indivíduos, quer em benefício de um projeto de poder, causando prejuízos que, no caso da PETROBRAS, já se estima que sejam de pelo menos 42 bilhões de reais.

Sr. Presidente, quantas escolas e hospitais não seria possível construir no seu Estado, o Amazonas, com 42 bilhões de reais? E quantas indústrias financiadas pelo BNDES não foram prejudicadas pela política de represamento dos preços dos combustíveis, política que também fez aumentar — e muito — o prejuízo da PETROBRAS?

E quem paga a conta desses prejuízos, causados não só pela corrupção, mas também pela má gestão? O povo brasileiro. Quem está pagando a conta de todos os



erros cometidos pelos Governos Lula e Dilma hoje é o cidadão brasileiro. Então, nada mais justo que investigarmos aqui o BNDES, que absorveu esse endividamento do brasileiro. Essa dívida será paga, ainda que durante os próximos 40 ou 50 anos, pelos brasileiros, porque ela é do povo brasileiro.

Os brasileiros pagaram impostos, contribuíram com o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, confiando que o Governo poderia fazer uma boa gestão desses recursos, mas o que vemos realmente é o retrato de uma economia pífia, que descamba na esculhambação, que descamba em atos de corrupção e que descamba na exposição aqui dos bons funcionários, seja do Governo, seja do BNDES, pelos erros dos maus, sejam funcionários, sejam políticos.

Então, quando pedimos indiciamentos, nós o fizemos porque, na documentação farta e robusta que foi encaminhada à CPI, encontramos todos os elementos necessários para que esses pedidos fossem feitos.

Quando fomos à Secretaria da Casa pedir a criação da CPI do BNDES, acompanhou-nos o Deputado Carlos Sampaio, Líder do nosso partido no ano passado, o qual parabenizo. Parabenizo também o Deputado Rubens Bueno, o Deputado Mendonça Filho e todos os outros Deputados da Oposição, porque lutamos muito para que esta CPI fosse instalada, como também lutamos muito para que ela não se encerrasse dessa maneira infeliz.

E eu acredito que V.Exa., Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, também não obteve o que desejava, porque, mesmo pertencendo à base do Governo, V.Exa. conduziu esta Comissão de modo imparcial, para que os trabalhos fossem realizados de maneira correta, idônea e coerente.

Com o encerramento dos nossos trabalhos, haveremos de responder à população. E a resposta será o quê? Encaminhar documentos ao Ministério Público, aos órgãos competentes, à Polícia Federal, ao Tribunal de Contas, enfim, a todos.

Eu farei, Sr. Presidente, o meu papel de dar resposta a toda população goiana e brasileira porque tentei, assim como todos os colegas de bancada, buscar o esclarecimento e a transparência, estes, sim, os efeitos buscados pelo nosso trabalho, para que o banco pudesse, daqui em diante, atuar de modo cada vez mais transparente com o dinheiro público, para que pudéssemos entender e compreender quais eram as políticas que o banco atendia: se à política de Governo, se à política



de Estado. E se o banco era efetivamente um banco de desenvolvimento econômico e social, ou se ele era, pura e simplesmente, um banco de desenvolvimento econômico que se preocupava com poucas empresas para se tornarem grandes campeãs, em detrimento de empregos, em detrimento de empresas que fecharam as portas, que deixaram desemprego pelo meio do caminho.

Então, eu fico realmente entristecido, decepcionado com o fim desta Comissão Parlamentar de Inquérito, mas digo que lutamos aqui, dura e bravamente, contra um Governo, contra uma máquina opressora, contra uma máquina que usou todas as suas forças, sejam políticas, sejam de recursos, para cooptar a sua bancada e impedir a investigação. Nós assistimos a atos de corrupção divulgados pela Operação Lava-Jato, ao que foi financiado pelo BNDES, como é o caso de refinarias da PETROBRAS, como é o caso da empresa do Sr. José Carlos Bumlai, que foi preso, que não pôde falar, que não pôde abrir a boca aqui porque estava preso em função dos desdobramentos da Lava-Jato, e obteve recursos do BNDES, e de vários outros exemplos chegamos, ao final, a ter conhecimento.

Então, Sr. Presidente, realmente nós deveremos agora encarar os cidadãos lá fora e dizer o que fizemos aqui de importante e lamentar pelo que não conseguimos fazer, mas não o fizemos não pela minha vontade ou pela nossa vontade enquanto Oposição, visto que lutamos aqui bravamente para que pudessem ser todas essas relações esclarecidas.

Quando pedimos o indiciamento do ex-Presidente Lula, demos a ele a chance de vir aqui. Tentamos aprovar sua convocação, seu convite, sua vinda, para que pudesse esclarecer. Mas, ao que me parece, ele não gosta da Justiça e não gosta de esclarecer os fatos, porque vive correndo dos seus depoimentos.

Sr. Presidente, nós mais uma vez somos obrigados a suportar um Governo que oprime a investigação, que é contra a Justiça, que é contra o trabalho da Polícia Federal, que é contra o trabalho idôneo, correto e imparcial do Ministério Público, para que nós possamos ter um Brasil melhor, um Brasil mais justo, um Brasil para os brasileiros, e não, pura e simplesmente, para uns e outros que querem simplesmente dar perpetuidade ao seu projeto de poder.

Então, Sr. Presidente, fica meu registro ao parabenizar V.Exa. e o Relator José Rocha, um homem de coragem, porque colocou em seu relatório realmente



elementos ousados, visto que pertence à base do Governo, e os encaminhamentos ainda serão realmente processados nos órgãos e nas instituições.

Nós haveremos de assistir ainda a consequências, mesmo que não correlacionadas diretamente, mas indiretamente, dos aspectos trabalhados na Comissão Parlamentar de Inquérito do BNDES. Ainda haveremos de assistir a consequências negativas, ruins, seja para o setor produtivo, seja para o setor público, dos desdobramentos desta CPI e de operações vindouras que obtiveram recursos públicos do BNDES.

Sr. Presidente, é lamentável que esta CPI possa ser encarada pela sociedade como tendo acabado em *pizza*; mas não teve o nosso apoio, não teve a nossa atitude para que se encerrasse dessa maneira, mas, sim, que investigassem e que punissem aqueles que cometeram atos ilegais, ilícitos, que traficaram influência e que usaram recursos públicos de modo escuso e turvo aos olhos da sociedade.

Agradeço o apoio dado por V.Exa. e por todos os órgãos que nos apoiaram: o TCU, os Procuradores, os Ministros do TCU, que nos concederam servidores, os demais órgãos, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Consultoria e a Secretaria.

Enfim, aos meus nobres e bravos colegas aqui falo, Deputado Caio Narcio: que, para que pudéssemos alcançar os mínimos e pífios objetivos que alcançamos, nós tivemos que nos unir e bravamente conseguir sete votos em torno do que era a luta do Brasil, e não a luta da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Alexandre Baldy.

Reconheço e enxergo em V.Exa., sem dúvida alguma, o preparo e o equilíbrio de V.Exa., um dos melhores quadros que nós tivemos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, não apenas nas suas posições, mas também na defesa dos ideais de V.Exa., e brilhantemente na atuação como Sub-Relator.

V.Exa. emprestou a sua competência, o seu conhecimento, o seu estudo, a sua investigação e se doou verdadeiramente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E isso está abonado não apenas por mim, mas também pelo Relator, Deputado José Rocha, que conseguiu, juntando o relatório de V.Exa. ao relatório final, mais de 90% de aproveitamento do relatório de V.Exa. Então, isso mostra



verdadeiramente o caminho bom, verdadeiro, responsável e respeitoso que V.Exa. resolveu seguir.

Então, obrigado.

Cumprimento V.Exa. e cumprimento o seu partido por também ter, ao lado do Deputado Caio Narcio e outros valorosos integrantes do PSDB, sem dúvida alguma, engrandecido esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parabéns a V.Exas.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Antes de encerrar, quero também agradecer aos jornalistas, aos membros da imprensa, aos veículos de comunicação que cobriram as reuniões desta Comissão e cobrem o dia a dia da Câmara dos Deputados, que também colaboram e contribuem para levar as notícias sobre o nosso trabalho a todos os cidadãos brasileiros; aos servidores do BNDES, principalmente os de carreira que estão lá e que continuarão lá, independente de qualquer política de governo, para fortalecer o banco, e os que lamentam os atos errôneos que foram cometidos na política errada econômica de governos e os que estão lá realmente para poder servir ao Brasil.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E agradecemos à nossa equipe da Liderança. Nós falamos da equipe da Comissão da CPI, mas há a equipe da Liderança, que nos deu respaldo durante todo esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio.

Antes de encerrar, quero agradecer o apoio dado a esta CPI pelos seguintes órgãos: TCU, Sr. Luiz Sérgio Madeiro da Costa e Sr. Robson da Silva Chagas; CVM, Sr. Florisvaldo Justino Machado Gonçalves; CGU, Sr. Marco Antônio Prandini e Presidente também da CGU, numa visita importante que fizemos a ele; Banco Central, Sr. Glauco Leonardo Evangelista Guimarães; COAF, Sr. Vinícius Santana; Polícia Federal, Sr. Francisco Ângelo Gurgel Filardi; Banco do Brasil, Sr. Carlos Augusto Vieira Campos e Sr. Kleuvânio Dias de Souza; Receita Federal, Sr. Francisco Assis de Oliveira Júnior.

Agradeço também o trabalho dos Consultores Legislativos da Câmara dos Deputados que nos auxiliaram na confecção dos sub-relatórios e do relatório final. Agradeço à Maria Regina Reis, ao César Costa de Mattos, ao Márcio Vidal



Valadares, ao Magno Antônio de Mello, à Liana Issa Lima, ao Alexandre Sankievicz, ao Thiago Rosa Soares, ao José Machado de Oliveira Filho.

Quero agradecer também aos operadores de áudio e aos taquígrafos, assessores, jornalistas e a todos os que acompanharam e colaboraram com os trabalhos desta Comissão.

Agradeço o apoio incansável da Secretaria da Comissão: à Silvia, à Cláudia, à Márcia e à Leonor e, em especial, ao Robson Coutinho, Secretário-Geral desta CPI, que, sem dúvida, foi uma fonte de inspiração para um Parlamentar de primeiro mandato e para um Presidente inexperiente. Então, quero muito agradecer o empenho, a dedicação e, acima de tudo, o profissionalismo do Robson, que, sem dúvida alguma, formatou todos os trabalhos, todas as audiências, todas as oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, muito obrigado e parabéns à Câmara dos Deputados por ter servidores valorosos em seus quadros, como é o caso do Robson Coutinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e declaro concluídos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado a cada um e a todos.

Está encerrada a sessão.